

# Confiabilidade

A ofensiva desfechada pelo presidente Fernando Collor para pôr fim ao contencioso nas relações com o sistema financeiro internacional, por meio da abertura de novas negociações sobre a dívida externa, ocorre sob condições as mais favoráveis possíveis. Embora desde junho do ano passado estejam suspensos amortizações e pagamentos de juros, algo em torno de 5,3 bilhões de dólares, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, encontrou franca receptividade do Clube de Paris e do Banco Mundial para encorajar um acordo na linha dos interesses brasileiros, já tornados públicos no exterior.

Com efeito, tanto o presidente do clube que reúne as agências oficiais credoras, quanto o vice-presidente do Bird para a América Latina, Shaid Hussain, acenaram com possibilidades concretas de reabrir linhas de crédito ao Brasil para ajudá-lo em seus programas internos de estabilização. Tais manifestações alcançam maior ressonância por terem sido feitas no âmbito da reunião em Washington do chamado Grupo dos 24, que congrega as sociedades industrializadas.

A restauração da confiabilidade do Brasil, conforme se deduz das reações animadoras de diversos agentes do crédito internacional, resulta da consagração do Plano Collor por parte de governos estrangeiros, como o dos Estados

Unidos e o da França, e de respeitáveis entidades com jurisdição mundial, entre as quais o Fundo Monetário Internacional. Não foi outra coisa o que a ministra da Economia ouviu dos dirigentes do Clube de Paris e do Bird, além de diversos negociadores do FMI.

Causa espécie, portanto, verificar que, enquanto lá fora o programa de estabilização do presidente Fernando Collor colhe a solidariedade das mais importantes instituições financeiras mundiais, internamente alguns setores ainda ruminam imprecisões contra a iniciativa. É uma contradição só explicável como a litania do inconformismo sempre chamado à cena por segmentos minoritários, mas intensamente atuantes quando ameaçados em seus privilégios, para gerar a desinformação e a perplexidade. E é, irracionalmente, parcela mínima da opinião pública porque todas as pesquisas realizadas demonstram que mais de 70 por cento da população apóiam resolutamente o programa.

Não há dúvida alguma de que os horizontes abertos à economia nacional, com base no Plano Brasil Novo, não só alargaram os espaços para a renegociação da dívida externa como desobstruíram o caminho para o reingresso do Brasil na comunidade financeira internacional, na condição de país disposto a começar pela sua própria casa os esforços em favor da estabilização.